

O discurso da *Folha de S. Paulo* sobre a privatização no Brasil¹

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS²
(Universidade de Brasília)

Resumo

O autor examina a cobertura da *Folha de S. Paulo* (FSP) sobre a privatização no Brasil no período de 1990 a 1994, enfatizando os sentidos instaurados pelo discurso do jornal e suas características discursivas.

Palavras-chave: privatização/Brasil, jornal *Folha de S. Paulo*, discurso

Resumen

Estudio del noticiario de lo diario *Folha de S. Paulo* con respecto a la privatización brasileña (período de 1990 hasta 1994) con énfasis en los significados y características de su producción discursiva.

Palabras-clave: privatización brasileña, diario *Folha de S. Paulo*, discurso

Abstract

The author analyses the coverage of *Folha de S. Paulo* (FSP) about privatization in Brazil from 1990 to 1994 emphasizing the established meanings in its discourse and its discursive characteristics.

Keywords: privatization/Brazil; journal *Folha de S. Paulo*, discourse

¹ Trabalho realizado com base no texto original da dissertação de mestrado do autor, intitulada *O Espelho do Privado: a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo sobre a desestatização no Brasil (1990-1994)*, apresentada ao Programa de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, UnB, no segundo semestre de 1995.

² Mestre em Comunicação e Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília, UnB.

Introdução

Na chamada “idade mídia”, a produção discursiva tornou-se um dos elementos básicos que caracterizam a relação dos meios de comunicação pública com a sociedade. As formas de enunciar e publicizar os discursos constituem o eixo desse processo que, na interação com o público, engendra novas formas de expressão e de sociabilidade. O jornalismo constitui uma das principais instâncias dessa produção discursiva. Com base nesta concepção, objetivamos examinar o discurso do jornal *Folha de S. Paulo* (*Folha* ou *FSP*) sobre a privatização no Brasil, no período de 1990-94, com base nos textos informativos e opinativos. Para tanto, analisamos as principais características do discurso do jornal, bem como os sentidos instaurados por esse discurso.

A escolha do assunto decorre tanto de sua importância no contexto atual, bem como pela dimensão que a imprensa atribuiu a ele, seja em termos de informação e de opinião. A opção pela cobertura da *FSP* justifica-se pelo seu perfil, como um dos principais jornais brasileiros de grande circulação, bem como pelo seu projeto editorial, no qual propõe-se a realizar um jornalismo apartidário, pluralista, crítico e moderno, defendendo a democracia, a economia de mercado, e promovendo o debate sobre os temas sociais relacionados com o subdesenvolvimento (*FOLHA DE S. PAULO*, 1992). Logo, a desestatização pode ser considerado um tema de relevância capital para a sua atuação jornalística. A delimitação do período de estudo (1990-94) decorre do fato de que a tônica ao debate sobre a privatização iniciou-se durante o governo Collor, em 1990, seguindo a tendência do mundo desenvolvido, o que levou o jornal *Financial Times* (1994), em um *survey* sobre o Brasil, a destacar o início da privatização no País como o principal legado positivo da gestão Collor. Nos anos subsequentes, o debate acirrou-se, com a definição das empresas privatizáveis e suas conseqüências.

O estudo fundamenta-se no instrumental teórico da Análise do Discurso (AD), tomando como referência básica as obras de Eni ORLANDI (1988, 1992, 1993). O *corpus* compreende 739 matérias, sendo 493 de caráter informativa (66,8%) e as demais de caráter opinativa. Caracterizamos o discurso da *FSP* sobre o assunto em questão considerando-se os argumentos pró e contra, os quais foram categorizados em “discurso simplificado” e “discurso polêmico”, respectivamente. Trata-se de um recurso para facilitar a análise proposta, uma vez que o termo “polêmico” pode ser atribuído a ambas as formas discursivas, dependendo da concepção adotada.

A primazia do econômico

A dimensão econômica sobressai-se como o aspecto principal do processo de desestatização, no discurso da *FSP*, tanto na parte noticiosa

como nos textos opinativos. Os aspectos político, social e cultural figuram como elementos de segunda, terceira e quarta grandeza, respectivamente. O jornal atribui ainda conotação negativa aos aspectos político, cultural e ideológico, por considerá-los "uma mescla de desígnios políticos paroquiais, propósitos corporativistas mesquinhos e intentos estatistas anacrônicos" ("Vitória do atraso", editorial de 25.09.91). Diversas vezes, a privatização é indicada como imperativo econômico da atual fase do capitalismo, em que "apenas as corporações mais eficientes e competitivas sobrevivem" ("Estado vampiro", editorial de 28.06.94). Para reforçar seu ponto de vista, a *Folha* afirma, no mesmo editorial, que, no Brasil, "um único setor da economia (...) não se apercebeu de que o mundo sofreu uma alteração: as estatais e o serviço público".

O desempenho das empresas estatais é exposto como exemplo de anti-racionalidade econômica, reforçando o argumento da urgência em privatizá-las para que sua performance produtiva seja recuperada. Para a *FSP*, "elas representam uma casta à parte na economia brasileira, mantendo-se ao largo de esforços de contenção e racionalização". Cita como exemplo os bancos estatais, cujas despesas com folha de pagamentos, em relação ao lucro líquido, "são cerca de dez vezes superiores às dos bancos privados". Reitera ainda que "a rentabilidade dos bancos oficiais sobre o patrimônio líquido, vem piorando desde 1991" ("Frankenstein estatal", editorial de 22.02.94).

Apesar de priorizar o enfoque econômico, a **dimensão política** da privatização também constitui uma das marcas do discurso folhista ao longo do período analisado. A essa dimensão o jornal associa o insucesso econômico das estatais, ressaltando também a tendência de a gestão do Estado "exponenciar o clientelismo, gerar ineficiência e promover a corrupção" ("Vitória do atraso", editorial de 25.09.91). Ao caráter político, implicitamente, atribui-se uma conotação negativa, podendo, a partir de inferências, ser considerado algo nocivo à gestão empresarial, à economia do país e ao mercado de modo geral. A politização do Programa Nacional de Desestatização (PND) é criticada pela *Folha* por ser considerada responsável pela introdução de critérios casuísticos. Exemplifica com a polêmica discussão acerca da participação do capital estrangeiro na aquisição de estatais, assunto que adquiriu tons preponderantemente políticos. A Câmara dos Deputados, o Senado e o próprio Executivo são vistos pela *Folha* como agentes políticos que retardam e tornam suspeito o PND, devido ao excessivo tom político que se imprimiu ao tema, em determinados momentos.

A **dimensão ideológica** aparece como algo subjacente à discussão sobre a dimensão política do PND. É como se fosse uma das facetas do seu caráter político; figura com uma carga extremamente negativa, pois, para a *Folha*, essa questão no Brasil está "presa a preconceitos ideológicos e a resistências cartoriais", de modo que "não haverá como romper todo o círculo de ineficiência e de precariedade que hoje pesa, sem nenhum

motivo consistente, sobre o poder público e sobre o próprio futuro da economia do país" ("Audácia para privatizar", editorial de 21.02.90).

A *Folha* atribui ao poder público e às "vozes do atraso", ou seja, os segmentos sociais, partidos e corporações que se manifestam contrários à privatização, o papel de protagonistas da ideologização do programa de desestatização: Essa ideologização consiste em uma forma antiquada de interpretar a retirada do Estado do setor produtivo, bem como de conceber a abertura da economia brasileira ao capital externo, com a participação de investidores estrangeiros. Para a *FSP*, são os "órfãos" do estatismo atrasado, xenófobos e nacionalistas, porém, preocupados apenas com interesses corporativistas e retrógrados. A *FSP* combate essa conotação porque, em sua concepção, a economia não opera com elementos ideológicos. Ao contrário, as leis e princípios que embasam a lógica de mercado são pautados em critérios de natureza eminentemente técnica e que exigem, acima de tudo, racionalidade.

Já o **caráter social** figura mais como justificativa para os argumentos que exigem a urgente efetivação do programa de privatização, uma vez que, na interpretação da *FSP*, a socialização dos malefícios da estatização, afeta a todos, individual e socialmente. Na visão do jornal, a sociedade sai favorecida com a desestatização sobretudo pela melhoria dos serviços públicos, seja pelos benefícios acarretados quando empreendimentos até então sob o controle estatal "são obrigados a obedecer padrões de eficiência, seja pela adoção de gerenciamento e competitividade próprios do regime de mercado" ("Vitória do atraso", editorial de 25.09.91). Além disso, para a *Folha*, a população não vê as estatais como instituições que oferecem benefícios sociais. Ao contrário, o povo acostumou-se a ver nessas empresas "órgãos dissociados do Estado, que perseguem seus próprios objetivos independentemente dos interesses seja do governo, seja da sociedade" ("Privatizar é a solução", editorial de 04.06.94).

A **dimensão cultural** aparece como "pano de fundo". Os textos sugerem a existência de uma cultura política engendrada ao longo da história do Brasil, tendo como fortes componentes as relações de compadrio, paternalismo, fisiologismo, o que apresenta como consequências a corrupção e a ineficiência no âmbito da administração pública, resultando em uma "chaga política". Em outros casos, é negativizada, ao ser vinculada à conotação pejorativa de um "caldo cultural que mistura nostalgia, ignorância ou má-fé" ("O Estado-cidadão", artigo assinado de 21.07.91). Essa referência é comumente associada ao pensamento contrário à privatização, cujos argumentos são refutados. Um exemplo disso são as considerações do jornal acerca do nacionalismo. Os editoriais recorrem amiúde à dimensão imaginária e o seu significado político:

"é comum aos povos buscarem espelhar-se em imagens de futuro grandioso, amparando a auto-imagem em símbolos e desafios reais ou imaginários. O Brasil não é exceção. Aqui já se falou, por exemplo, em vo-

cação agrária, destino de grande potência, ilha de prosperidade, já se louvou a cordialidade e se lamentaram a preguiça e a saúva" ("O fim do mito", editorial de 19.04.94).

No caso específico do petróleo, um dos temas privilegiados pela *Folha*, pode-se salientar as equivalências discursivas entre o ideal de prosperidade nacional, destino de grande potência e as concessões difundidas pelo próprio Estado acerca da atuação do poder público para atingir tais objetivos. Tudo isso impregna-se na cultura, combinando informação e sentimentos, sob uma orientação eminentemente valorativa, com base nos juízos e nas opiniões sobre temas políticos.

A veemência do discurso folhista

Os editoriais dos cinco anos apresentam duas características básicas: a redundância e a veemência. A primeira consiste na insistência em determinados argumentos, pela repetição constante. A segunda consiste no tom de urgência; é o que, neste trabalho, denomina-se **discurso veemente**. Tal constatação baseia-se nas marcas argumentativas em que se observa o tom adotado pela *Folha* ao referir-se ao PND, como: "processo crucial para o país"; "processo absolutamente indispensável para o enxugamento e a modernização do Estado brasileiro"; "imperativo inadiável"; "programa tão indispensável"; "(...) cumpre ao Presidente executá-lo o mais rápido possível"; "uma reforma tão indispensável ao país"; "o PND representa a modernização de que o País tanto necessita"; "o processo de privatização constitui uma das reformas mais urgentes no país".

Por todos esses motivos é que a *FSP* defende a privatização das estatais, alegando sempre, o bem-comum, os benefícios sociais e econômicos, o retorno do Estado às suas funções precípuas. Por isso, seus editoriais interpelam continuamente o Governo com argumentos desse teor:

"É lícito então perguntar se o governo federal vai efetivamente cumprir o cronograma de privatizações, ou se tentará toda sorte de pretextos para dificultar o programa" ("Privatização à Itamar", editorial de 22.02.93); "O presidente (...) precisa definir, de forma inequívoca e urgente, como pretende dar prosseguimento ao tão necessário processo de modernização do país" ("Avanço tímido", editorial de 21.10.92); "A efetiva privatização de estatais e a desregulamentação da economia são tarefas prioritárias para um governo que pretende, conforme tem reiterado seguidamente, debelar a inflação e modernizar o processo produtivo do país" ("Atraso na privatização", editorial de 15.08.90).

Entre os textos de autor, os articulistas do jornal destacam-se pela consonância com o discurso folhista, até mesmo pela vinculação dos autores com o jornal, o que torna a cumplicidade discursiva ainda mais explícita. Pautados em fatos noticiados no dia ou na semana, muitas vezes também tema de editoriais, reforçam o discurso do jornal, até com o uso de expressões e termos consagrados nos editoriais, tais como: “falta de competência técnica do Governo”; “posições ideológicas pré-históricas” e outras. A referência a exemplos internacionais (bem-sucedidos) constitui outro ponto em comum, além da tendência para a generalização e o consensual: “quase todos (...) são a favor da saída do Estado da área que a iniciativa privada pode tocar”.

As críticas ao presidente Itamar Franco também se destacam no discurso dos articulistas, tal qual nos editoriais da *Folha*:

“Se o presidente da República, Itamar Franco, persistir em manter o regulamento atual do Clube de investimento dos funcionários da CSN, depois de todas as revelações efetuadas, terá dado um passo graúdo para alimentar as suspeitas sobre sua atuação no episódio” (“Sindicalismo de negócios”, 18.04.93);

“O controle da CSN foi adquirido com 84% de dinheiro público e com a manipulação dos direitos de voto dos trabalhadores da empresa. Essa é a lógica que está por trás da mais nebulosa operação de privatização do país até agora, convalidada pelo presidente da República, Itamar Franco” (“A lógica da privatização da CSN”, 16.04.93).

Os artigos de autor como elemento de reforço ao discurso da FSP

Entre os artigos de autor, cujos argumentos se alinham à perspectiva folhista, destacam-se: segmentos da opinião acadêmica, a opinião empresarial, a opinião de membros do Governo e segmentos da opinião parlamentar/governamental. Os textos assinados por pessoas do meio acadêmico destacam-se como preponderantes entre os demais artigos assinados. Exercem papel de destaque na produção dessa **opinião acadêmica** a USP, a UFRJ, a UFRGS, a UFMG, a FGV, a PUC-RJ, a PUC-SP e a PUC-RS. Docentes brasileiros que trabalham no exterior também assinam alguns dos artigos, marcando presença maior os que são vinculados à Universidade de Harvard e de Paris. Constitui o segmento menos uniforme, com diversas nuances discursivas. Há, porém, muitos textos que se alinham ao discurso da FSP, sobretudo autores da área econômica. Entre estes, encontram-se as referências à desestatização como “condição necessária para que a década de 90 não seja mais uma década perdida” e para a “inserção do país na economia mundial”, o que resultaria em um “salto de eficiência

para o desenvolvimento do Brasil" ("A utilização dos certificados de privatização", 12.07.90).

Embora com um discurso mais elaborado, alguns acadêmicos corroboram a opinião da *Folha* em relação aos "inimigos da privatização", partidos, sindicatos e associações profissionais imbuídos de interesses cartoriais e regidos pelo fisiologismo político. As críticas à lentidão e aos recuos do PND constituem outro ponto de convergência entre alguns artigos da opinião acadêmica e o discurso da *FSP*. Acelerar o PND é a solução proposta para restaurar a credibilidade do Governo e consubstanciar um "projeto econômico avançado".

O fracasso da Revisão Constitucional e a manutenção dos entraves ao avanço do PND, na interpretação de autores que assinam esses textos, explica-se pela incapacidade dos congressistas de "cederem à tentação eleitoreira e populista de manter o retrógrado dispositivo do monopólio em vigor" ("A privatização da BR", 15.08.93). Quanto a isso, soa contraditória a concepção que se difunde entre os defensores da privatização de que esta constitui demanda da sociedade, algo já consensual, uma vez que o veredicto das pesquisas de opinião assim o indica. Ora, se este é o quadro real, se a população deseja a desestatização, como os parlamentares teriam receio em promovê-la? Agindo no sentido de ampliá-la e acelerá-la não estariam agradando os eleitores? A validade de um dos argumentos, portanto, está comprometida.

Em linhas gerais, a **opinião empresarial** reafirma a necessidade da desestatização, alegando que, se vivemos em uma sociedade capitalista, "o Estado deve arcar apenas com a responsabilidade pelas tarefas atinentes ao bem-comum dos seus cidadãos", ou seja: saúde, segurança e educação ("Privatização sem tabus ou radicalizações", 12.03.90). A ingerência na economia é vista como conseqüência do enraizamento de uma concepção de Estado paternalista e cartorial que, a pretexto de "proteger" os menos favorecidos, acaba causando danos a todos, "enfraquecendo ainda mais os desprotegidos e descontrolando os empresários" (idem).

Outro argumento empregado pelos empresários é que o desmantelamento do Estado, causado pelo seu gigantismo, forçou o setor privado a assumir tarefas típicas do Governo, tais como garantir a seus empregados: assistência médica e odontológica, transporte, alimentação e creche para seus filhos. O Estado, por sua vez, prossegue o raciocínio, reduziu os investimentos nessas áreas e passou a canalizar recursos para atividades produtivas, fora de sua alçada.

A comparação entre textos assinados por empresários com os editoriais da *FSP* permite a constatação de que ambos os discursos se assemelham ou até se confundem, em alguns pontos. Primeiro pela supervalorização da dimensão econômica do processo de privatização; segundo, pela repetição exaustiva de que a gestão estatal em atividades produtivas é algo historicamente superado, visto que a experiência internacional comprova a ineficiência do Estado nesse setor, em contraposição à eficiência da iniciativa privada; finalmente, pela lógica argumentativa em

que a maioria dos textos podem ser sintetizados no seguinte slogan: "sem privatização não há solução".

No que se refere à **opinião de membros do Governo**, predominam alguns temas-chave: (a) o papel do Estado brasileiro no contexto atual; (b) as razões que justificam o PND; (c) o combate às críticas feitas ao programa de desestatização. Discutir o papel do Estado, conforme os textos analisados, é condição fundamental para se apreender a essência da desestatização, haja vista que o PND só poderá ser entendido no contexto de uma ampla reforma do setor público. A revisão de seu papel de indutor do desenvolvimento é apontada como sendo o eixo dessa reforma. Afinal, justifica-se que a estagnação econômica e o agravamento dos problemas sociais que inviabilizaram o crescimento do país são resultados da atuação do Estado como agente da produção de bens e da prestação de serviços.

A principal razão para rever o papel do Governo, conforme os argumentos em pauta está na mudança radial do contexto social, político e econômico. Se no passado, o estatismo foi algo necessário, útil e conveniente, hoje, ocorre o contrário. Naquela época, alega-se que não havia condições para que a iniciativa privada, sozinha, assumisse todas as atividades produtivas. Ademais, com uma população restrita, os serviços sociais básicos não pesavam tanto nas contas públicas. Hoje, ao contrário, o País conta com um mercado desenvolvido e diversificado, capaz de operar em toda a esfera produtiva. E o crescimento acelerado da população demanda altas somas de recursos do Tesouro para os serviços básicos. Além disso, setores antes considerados estratégicos, como petróleo e energia elétrica, hoje perderam essa aura e tornaram-se simplesmente atividades empresariais. Como tais, portanto, nada mais justifica o controle governamental e a canalização de recursos públicos.

Diante desse quadro, argumenta-se que as atividades estatais devem voltar-se para as necessidades dos cidadãos, procurando oferecer-lhes serviços condignos, em vez de 'queimar' recursos oriundos dos contribuintes para a manutenção de empresas cujo desempenho financeiro é considerado insatisfatório. Neste aspecto, a opinião de membros do governo coincide com a opinião empresarial e o discurso da *Folha*. As três tendências afirmam, às vezes de forma distinta, às vezes idêntica, que o lugar do Estado, hoje, não pode ser o mesmo de décadas atrás, o que requer uma clara e urgente definição de suas prioridades e metas sociais.

Quanto à **opinião parlamentar e governamental** (entendendo-se esta última como a expressão de idéias por parte de prefeitos e governadores), a principal tendência discursiva é a atribuição de rótulos aos opositores da desestatização, sob a alegação de que só existem duas razões para tal: ou porque desconhecem os dados que retratam a situação caótica das estatais ou porque são coniventes com a cultura do desperdício e degradação do patrimônio público.

Em suma, o que se detecta no âmbito dessa opinião é a repetição de chavões já consagrados entre os defensores da privatização, tais como a alegação de que as empresas públicas contratam funcionários em excess-

so, absorvem muitos recursos do Tesouro e operam com baixos índices de produtividade, chegando a causar prejuízos. A simplificação é extrema. Não há elementos novos no discurso que permitam o enriquecimento da discussão. Em muitos aspectos, o discurso soa como repetição de frase feitas.

O discurso contrário

Entre os segmentos contrários à desestatização, destacam-se: a opinião sindical, setores da opinião parlamentar/governamental e parte da opinião acadêmica. A **opinião sindical**, considerada agente por excelência da produção de idéias e da protagonização de atos contra a desestatização, teve seus pontos de vista muito mais divulgados no âmbito noticioso - em que reportagens e notícias faziam alusões constantes às declarações de suas lideranças - do que na esfera opinativa propriamente dita, apresentando apenas a média de um artigo por ano, em um total de cinco. Desses, três (60%) são provenientes da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET). Para efeitos de análise, agrupamos textos assinados por líderes sindicais e representantes de associações profissionais, como no caso da AEPET.

A escassez de textos, entretanto, não é sinônimo de inexpressividade de argumentos. O peso dessa opinião evidencia-se mesmo na diminuta presença no espaço redacional da *Folha*. Além disso, grande parte das notícias e reportagens incorporam opiniões de sindicalistas. A força do discurso sindical pode ser percebido pela veemência e constância com as quais a *Folha* combate a voz dos "arautos do atraso", marca constante do tom de seus editoriais.

Entre os procedimentos argumentativos mais expressivos da opinião sindical, figuram, em primeiro plano, a refutação do discurso pró-estatização. Depois, apresenta-se a construção do discurso contrário ao PND. O primeiro procedimento consiste na caracterização e qualificação do discurso opositor, sintetizado nos seguintes tópicos:

- a) apelo a um bombardeio de "informações" (aspas originais) acerca da ineficiência da máquina estatal como estratégia para persuadir as pessoas da necessidade da privatização;
- b) emprego de um discurso demagógico do governo e de alguns partidos políticos, empenhados em influenciar a opinião pública com "este embuste grosseiro";
- c) construção de um discurso simplificado que atribui a causa do déficit público ao baixo desempenho financeiro das estatais e aos altos salários de seus funcionários.

Recorrendo a dados estatísticos, demonstram que, ao contrário do propalado, os funcionários das estatais acumulam significativas perdas salariais provocadas pelos sucessivos planos econômicos, o que descarta o

argumento de que seus salários seriam uma das causas principais do déficit público. Alegam que a causa do déficit provém da apropriação do aparelho governamental por representantes e aliados de grandes grupos econômicos - da iniciativa privada - que "adoram beneficiar-se dos favores públicos". Esses grupos são responsabilizados pelo "saque aos cofres oficiais", o que, segundo essa interpretação, decorre de isenções tributárias, incentivos e anistias fiscais e créditos subsidiados pelo Governo.

No que concerne à **opinião parlamentar/governamental**, parlamentares e governantes estaduais municipais, de partidos de esquerda, são os agentes dessa opinião. O discurso é dirigido não só aos empresários e à sociedade, mas sobretudo ao Governo. Contestam-se os argumentos da publicidade governamental em prol do PND, os quais comparam as estatais a elefantes, gigantes que emperram a modernização do País. Comparação qualificada como grosseira, se consideradas as diversas estatais rentáveis; entre as quais cita-se a Usiminas, "a segunda empresa mais rentável do mundo", do setor siderúrgico.

Reafirma que os objetivos estratégicos das estatais não devem estar ligados ao lucro, mas aos benefícios sociais que podem proporcionar. A alienação de patrimônio público, portanto, significa transferência do controle e do centro de decisão dessas empresas para os interesses estrangeiros estatais e privados, inclusive de multinacionais estrangeiras de capital estatal, a exemplo da Nippon Steel, japonesa, que adquiriu parte das ações da Usiminas. Rebate a tese de que o Estado é uma instituição falida, esclarecendo que, no Primeiro Mundo, ele mantém sob o seu domínio os setores estratégicos da economia, como o Japão, Estados Unidos, Alemanha e França.

Como se pode notar, os argumentos utilizados, por um lado contra-põem-se àqueles utilizados pelos empresários, membros do Governo e pela própria *Folha*, quando "batem na mesma tecla" da inoperância do Estado-empresário. Por outro lado, os partidos de esquerda adotam as mesmas justificativas da *FSP* e dos empresários no que concerne às críticas à política de privatização do Governo: imprudência na gestão do PND, resultando em graves problemas jurídicos.

No âmbito da **opinião acadêmica**, a tendência principal é o tratamento preferencial de enfoques específicos, reduzindo a amplitude do assunto a uma perspectiva única: a econômica, incorrendo no mesmo viés do discurso folhista e empresarial. Exponencia-se um enfoque e insiste-se em soluções estreitas, inerentes a esse campo específico, como se a economia fosse o meio para se atingir todos os benefícios esperados pela sociedade e o fim para o qual todos devem se voltar. Como decorrência, a privatização perde a dimensão de processo. Alguns textos incorrem no uso abusivo de *slogans* e clichês, tais como:

- a) as estatais estão sendo vendidas 'a preço de banana';
- b) os dirigentes políticos e empresariais querem 'vender' o Brasil;
- c) "a privatização é uma negociata";
- d) "a venda das estatais é um assalto aos cofres públicos, com a cumplici-

dade de representantes do próprio Governo”;

e) “a privatização consiste em uma operação para criar oportunidades de enriquecimento fácil para alguns, uma minoria privilegiada”.

Com a adoção desses argumentos, alguns artigos assinados por docentes universitários - de modo particular os da área econômica - assemelham-se à linguagem panfletária. Parece não haver nenhuma pretensão analítica, mas simplesmente manifestar-se contra a desestatização. Manifestação gratuita de idéias; repetição exaustiva de chavões. Adota-se postura maniqueísta e inócua, sem nenhuma contribuição para o debate da questão propriamente dita.

O discurso polêmico

Entende-se por discurso polêmico, para efeitos da análise aqui proposta, o campo que abriga múltiplos discursos, sem a predominância da polarização contra *versus* a favor. Constitui, portanto, um campo intermediário no circuito argumentativo, à guisa de ponto de interseção, com a ressalva de que abrange não só os elementos comuns entre um campo “A” e um campo “B” mas todos os incomuns também - por isso que é denominado lugar de múltiplos discursos, podendo defender e não defender, visto que a direção imputada aos argumentos não é única, nem linear. Trata-se de um discurso que:

“apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade se dá sob condições, é disputada pelos interlocutores, e em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os interlocutores, havendo assim, a possibilidade de mais de um sentido”(ORLANDI, 1988, p.24).

O principal exemplo desse discurso encontra-se no campo da opinião de técnicos e acadêmicos. Outros expedientes opinativos como a opinião parlamentar/ governamental e os textos de articulistas do jornal também apresentam a dimensão da polemicidade, embora em menor grau. O comentário de técnicos, sobretudo economistas, administradores de empresas e engenheiros de vasta experiência e formação acadêmica em nível de pós-graduação constitui elemento básico no espectro da opinião veiculada pela *FSP*, identificada como discurso polêmico. Uma característica comum dos artigos assinados por técnicos é a ausência de dicotomias e simplificações, a profundidade analítica, e múltiplos enfoques. Comentam, por exemplo que, nos últimos anos, criaram-se expectativas exageradas em relação à desestatização, como se esta fosse uma panacéia, um elixir poderoso para curar os males do Estado e da sociedade.

Admitem que o potencial de privatização no Brasil é elevado, mas a operacionalização do processo requer autorização do Congresso, ajustes prévios nas empresas e diálogo com representações sindicais. Tudo isso, adverte, requer tempo e maturidade política, bem como fuga de aplicação de modelos predeterminados, pois cada caso requer soluções específicas.

A política de privatização, do ponto de vista técnico, é concebida como meio estratégico e não como fim, pois o simples ato de privatizar não garante os resultados positivos esperados. Os efeitos não são automáticos, pois,

“a questão da privatização não se esgota com a venda de empresas estatais nem com a criação de oportunidades de investimentos, *por mais necessário que isso seja*, mas encerra um amplo conjunto de políticas destinadas a promover *não só a reforma e modernização do setor público, mas também do capitalismo privado brasileiro* (grifo nosso)” (“Perspectivas da privatização”, 03.02.90).

A resistência ao PND, longe de ser rotulada como “forças do atraso”, é encarada como componente natural do processo e fator saudável em uma sociedade que se pretende pluralista, devendo, portanto, aprender a conviver com diversos fluxos de idéias. As reticências e as reservas de políticos quanto ao referido programa são interpretadas como posições decorrentes de um longo período de história política do País, sendo necessário, portanto, debater-las e polemizar com seus representantes e não apenas considerá-los arcaicos ou “inimigos” da nação. Se eles existem é porque foram eleitos com uma plataforma de idéias que expressam seus pensamentos. Se foram eleitos, é porque, na sociedade há indivíduos que comungam com tais concepções.

Em termos de discurso polêmico, a opinião acadêmica apresenta certas semelhanças com a opinião de técnicos, o que é óbvio, pela própria formação acadêmica desses últimos. Aqui, decidiu-se por uma análise separada porque a opinião de técnicos, considerada no item anterior refere-se apenas àqueles que apesar de terem até cumprido programas de pós-graduação em universidades, não possuem mais vínculo direto com elas e, portanto, suas idéias não expressam o pensamento acadêmico, propriamente dito.

Até por serem tão extensos quanto os comentários assinados por técnicos, e publicados, da mesma forma, em seções que concedem maior espaço, como “Tendências/Debates” e “Opinião Econômica”, muitos dos textos oriundos da esfera acadêmica, independente da postura favorável ou contrária à desestatização, apresentam o mérito de serem mais analíticos do que os editoriais e os demais textos de opinião. Isso reduz a simpli-

ficação do discurso, mesmo quando os argumentos se manifestam a favor ou contra a privatização.

Alguns pressupostos expressos nos editoriais da *FSP* e em artigos assinados por empresários são questionados em textos procedentes do meio acadêmico. Um exemplo é o argumento constante da privatização como requisito para a modernização do País. Ao discorrer sobre a privatização da Usiminas, um professor salienta que "nenhum país do mundo se 'modernizou' cedendo ao capital externo sua siderurgia", citando o exemplo do Japão, da Coréia e dos Estados Unidos. Polemiza, pois, especialmente com a *FSP*, que defende privatização com maior participação do capital estrangeiro.

Ainda no campo dos exemplos internacionais, constantemente referidos pela *FSP* como modelos a serem seguidos pelo Brasil, os acadêmicos questionam esse modo de ver o cenário mundial. Na Inglaterra, por exemplo, lembra um dos textos, o programa de privatização não começou pela siderurgia, como ocorreu no Brasil. Coréia, Japão, França, Itália e Suécia mantêm o setor siderúrgico sob controle estatal em proporção mais acentuada do que a situação brasileira de então. Com isso, pretendem discutir se, de fato, é válido o argumento de que é necessário privatizar as siderúrgicas para imprimir-lhes produtividade, apontando para a perspectiva de raciocínio que indaga se estatismo e ineficiência econômica são faces da mesma moeda. Se esta é a realidade do Brasil, não significa que seja a de outros países. O Brasil, então, seria exceção. Com isso, abre-se o leque da discussão, ao contrário do fechamento imposto pela dicotomia do discurso folhista e empresarial.

Outro elemento que acentua o tom polêmico da opinião acadêmica é a interlocução que se estabelece entre eles no próprio jornal. Resulta geralmente de um ponto de vista emitido que gera celeuma entre outros professores e especialistas. Como decorrência, surgem vários artigos comentando a questão. Uns escrevem para apoiar as idéias expressas; outros para contestá-las; outros para manifestarem-se contra as duas posturas anteriores. Isso permite que um mesmo assunto volte repetidas vezes às páginas do jornal, com interpretações diversificadas, levando os leitores a se confrontarem não com um pensamento de mão única, mas com idéias que permitem diversos percursos interpretativos.

O confronto entre as várias tendências expressas pela opinião de parlamentares e titulares do Poder Executivo estadual e municipal, abrangendo diferentes partidos políticos, constitui outro campo profícuo do discurso polêmico. Existem duas tendências bem definidas no âmbito parlamentar. A primeira diz respeito ao debate sobre questões pragmáticas específicas, concentrando-se, entre outros, em aspectos relacionados com: (a) o uso de títulos públicos na aquisição das empresas leiloadas; (b) regulamentação legal dos procedimentos a serem adotados; (c) o papel do BNDES como gestor do PND; (d) distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista mediante a confusão do uso do termo "estatal",

englobando ambas indistintamente. Neste caso, o campo polêmico se constrói a partir do que está sendo realizado na área da privatização que se relaciona com os aspectos citados.

A segunda refere-se ao debate sobre questões mais genéricas, inserindo-o na esfera da discussão em nível macro. São artigos que apresentam mais indagações e reflexões do que análises conclusivas. Relacionam, por exemplo, a problemática da privatização com as discussões correntes sobre socialismo real, social-democracia, neoliberalismo e *welfare state*. O campo polêmico se constrói sobretudo na multiplicidade de raciocínios, enfoques e enquadramentos discursivos. Instauram-se diferentes direções de pensamentos, estabelecendo movimentos em sentidos diversos, sem a preocupação em fixar exclusivamente determinados significados e “apagar” outros.

Apesar da clara relação de cumplicidade dos articulistas com o jornal-empresa, nos textos assinados por eles também é possível perceber nuances polêmicas. A política de privatização é o principal objeto de celeumas: as contradições, as indefinições, os recuos etc. De certa forma, o discurso se assemelha ao tom adotado nos editoriais. Entretanto, o espectro argumentativo, na maioria dos casos, é mais aberto. Após a apresentação do problema, os diversos aspectos envolvidos são discutidos. Nem sempre há uma conclusão que aponte para um argumento único. Este é substituído por indagações e questionamentos que permitem, pelo menos, mais de uma direção interpretativa. Outra diferença básica entre os editoriais e os artigos em análise é que os primeiros, mais do que o exame dos problemas abordados no texto, fazem um julgamento de valores. Os articulistas também julgam, mas o examinar tem mais peso do que o julgar. Um exemplo dessa tendência são as análises produzidas sobre as questões jurídicas acerca da privatização, em que a argumentação, na maioria dos casos, apresenta um amplo leque de nuances, incluindo os problemas que envolvem a competência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, bem como suas implicações sociais.

A interlocução que se processa no âmbito da produção opinativa dos articulistas é outro elemento-chave que caracteriza a polemicidade do discurso. Acadêmicos, sindicalistas e parlamentares, por exemplo, escrevem artigos motivados pelos comentários dos articulistas, sobretudo para discordar de suas opiniões. Estes, por sua vez, respondem prontamente, acirrando ainda mais o debate. O tema da participação de trabalhadores no capital das empresas privatizadas é apenas um exemplo. Enquanto um articulista considera tal fato uma nova maneira de corporativismo, sindicalistas e acadêmicos encaram-na como forma de democratizar a privatização. A celeuma desencadeia uma série de artigos em que seus autores estabelecem intensa interlocução, polemizando o assunto.

Considerações finais

No âmbito econômico, o noticiário privilegia o negócio da privatização, ou seja, a situação financeira das empresas privatizáveis, as possibilidades de lucro dos investidores, as consequências para os concorrentes, as repercussões no mercado financeiro, o perfil dos investidores e outros aspectos correlatos. A desestatização perde o caráter de processo que envolve fatores políticos, sociais e macroeconômicos. O aspecto relevante por excelência passa a ser o financeiro. O que interessa são as possibilidades de negócios desencadeadas com a venda das estatais.

A explicação para a ênfase ao caráter econômico que a *FSP* atribui à privatização pode ser encontrada no desenho do cenário que o jornal adota em seu discurso. Afinal, desde o fim da Guerra Fria - ou até mesmo antes - o fator comercial é que passou a ser o imperativo das relações entre os países. A integração econômica, as relações comerciais bilaterais e entre blocos é que se tornaram o eixo da concertação política. Este é, portanto, um dos fatores que explicam a abordagem da *Folha*, quiçá, o principal.

As declarações, justificativas e pontos de vista contidos nas notícias e reportagens primam pelas "falas do Governo" e pelas "falas dos empresários", que parecem ser os únicos interessados diretos no processo de privatização. É óbvio que eles não podem deixar de ser os protagonistas da maioria das notícias. Entretanto, não são os únicos envolvidos, já que se trata de alienação de patrimônio público.

Os segmentos que questionam o PND ou se posicionam claramente contra ele, aparecem nos textos noticiosos, quase sempre, com a conotação de sujeitos que "remam contra a maré". Simplificam-se todas as suas razões e explicações ao estereótipo de "inimigos da privatização". A diversidade e o pluralismo de opiniões no âmbito do jornal é permitida, mas limitada, pois, continuamente, editorialistas, articulistas e empresários combatem as opiniões expressas contra a desestatização. Os argumentos usados para criticar a postura dos "inimigos", ao invés de favorecer o debate, tenta cerceá-lo, pois trata-se de um discurso fechado que estreita a amplitude do problema e descarta quaisquer raciocínios que não se alinham à defesa da privatização.

Quanto à parte opinativa, a *Folha* prima pela reedição da singularidade construída. Isto significa que o Jornal direcionou seu discurso preferencialmente para uma direção interpretativa: a que induz à conclusão de que, "sem privatização não há solução" (para o Brasil), tal qual um refrão, embora este não apareça sob esta forma nos argumentos aduzidos na maioria dos textos opinativos do jornal, particularmente nos editoriais.

O que se pode observar é que a *Folha* elaborou tal discurso, expressão de seu ponto de vista como jornal-empresa e, por meio de sua política editorial, empenhou-se em reeditá-lo, ao longo dos cinco anos em estudo. Construiu um argumento: "Privatizar é a única forma de con-

duzir o País à modernização” e insiste em fixar seu sentido. Daí a razão de denominarmos tal processo de reedição da singularidade construída. Para tanto, a *Folha* mantém um conceito uniforme e coerente do começo ao final do período analisado; isto não quer dizer a formulação formal de um conceito e sua reedição literal. Trata-se, antes, da instauração de um sentido específico e determinado atribuído à privatização, o qual, resumidamente, pode ser assim expresso: “A privatização é um instrumento moderno de política econômica capaz de sanar a crise por que passa o setor público”.

Este sentido modifica-se apenas em termos de forma, para adequar-se às questões específicas tratadas pelo Jornal. Cada fato comentado apresenta-se com seus elementos inéditos, devido à sua própria especificidade. Entretanto, a essência desse conceito, em termos de significado, é retomada para reafirmar e fixar seu sentido. A construção desse conceito não figura como algo próprio da *Folha*, isto é, uma opinião particular. São várias as razões para isso; entre elas destacam-se:

a) antes de defender a privatização como algo necessário para o Brasil, em si, a *FSP* constrói um discurso baseando-se no panorama internacional. Explora a temática sob o enfoque positivo dos exemplos bem-sucedidos de desestatização, priorizando os países do capitalismo central;

b) para combater os argumentos dos que se manifestam contra a desestatização, sob a justificativa de que “nem tudo o que bom para o Primeiro Mundo é bom para o Brasil”, visto que aqui a situação é diferente, o jornal concentra-se também nos exemplos de privatização na América Latina, sobretudo Argentina, México e Chile. Com isso, além de refutar as teses contrárias, contribui para criar um clima de opinião favorável devido às semelhanças econômicas entre o Brasil e esses países;

c) no caso específico do Brasil, usa dados da história econômica do País para demonstrar que o ciclo da estatização já se esgotou; foi um processo necessário, pelas circunstâncias do contexto da época, porém incapaz de acompanhar o dinamismo dos tempos de hoje. Assim, instaura o pressuposto de que para seguir os rumos da modernidade, é necessário que o Brasil abandone o estatismo;

d) apresenta a desestatização como um anseio da população brasileira como um todo, ou seja, uma demanda de toda a sociedade. Apóia-se em dados de pesquisas de opinião pública para confirmar esse pressuposto;

e) a partir de então explora a situação atual do País, enfatizando a crise econômica, inflação, dívida externa, déficit público e retração dos investimentos estrangeiros são apontados constantemente como efeitos da estatização;

f) a situação caótica do Estado brasileiro é focalizada como algo inerente a qualquer economia com alto grau de estatização; constrói-se um cenário em que o Estado propõe-se a salvaguardar os interesses públicos, nacionais, coletivos, mas suas atividades são desviadas de suas funções precípua e como consequência torna-se um agente causador de malefícios à sociedade em vez de gerar benefícios;

g) a natureza política do Estado como detentor de poder público também é considerada obstáculo à geração de benefícios sociais, visto que a lógica do poder político é marcada pela descontinuidade administrativa, pela alta rotatividade de titulares dos cargos-chave na tomada de decisões e pelo princípio de "gerir bens públicos como se fossem privados".

Quanto às características e marcas discursivas principais do discurso folhista, destacam-se:

a) a **simplificação**, ou seja, estratégia argumentativa que a FSP adota para fixar suas opiniões. Ocorre sobretudo nos editoriais, como recurso para reforçar a defesa do ideário privatizante e combater os opositores;

b) a **redundância**, que consiste na reedição de argumentos, à guisa de clichês ou slogans; é a reedição do mesmo, ou seja, a persistência na defesa de idéias que funcionam como um discurso-suporte, ao qual se recorre continuamente quando se pretende aduzir razões a favor da privatização;

c) a **cumplicidade discursiva**, mediante a consonância de argumentos no âmbito interno e externo do jornal. No primeiro caso, entre editoriais e textos de articulistas; no segundo, entre estes e a opinião de interlocutores externos, principalmente da área empresarial;

d) a **polemização** (os sentidos múltiplos), que aparece à margem do discurso predominante: o simplificado, que prevalece no noticiário e na opinião emitida pela própria FSP. A polemização propriamente dita predomina no campo da opinião externa à organização do jornal, destacando-se a opinião acadêmica, a opinião de técnicos e de parlamentares.

Referências Bibliográficas

BARROS, A. T. de. *O espelho do privado: a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo sobre a desestatização no Brasil (1990-94)*. Brasília, Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

FINANCIAL TIMES. *Financial Times Survey: Brasil*. London, May 26 1994.

FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação*. São Paulo, 1992.

ORLANDI. E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.139p.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. (Org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

Atualize a sua Biblioteca de Comunicação com os títulos da Coleção GT's Intercom

1 *Gêneros Ficcionalis, Produção e Cotidiano na Cultura de Massa* (1994). Silvia Helena Simões Borelli, org. Coletânea de membros do GT "Gêneros da Cultura de Massa" com reflexões sobre os mais variados gêneros da cultura de massa. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

2 *Transformações do Jornalismo Brasileiro: Ética e Técnica* (1994). José Marques de Melo, org. Textos de membros do GT "Jornalismo" abordam o processo de mutação radical vivido pelo jornalismo como profissão. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

3 *Trajetória e Questões Contemporâneas da Publicidade Brasileira* (1995). J.B. Pinho, org. Trabalhos de membros do GT "Propaganda" abordam o desenvolvimento histórico e discutem questões atuais da publicidade brasileira. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

4 *Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação* (1995). César Ricardo Siqueira Bolaño, org. Artigos de membros do GT "Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação" promovem análises teóricas ligadas à Economia da Comunicação e da Cultura. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

5 *Comunicação e Culturas Populares* (1995). Cicília Maria Krohling Peruzzo, org. Contém trabalhos de membros do GT "Cultura e Comunicação", que alertam para a existência de práticas, manifestações culturais e de novas linhas de pesquisa que extrapolam os contornos teóricos hoje predominantes. **Preço por exemplar: R\$ 14,00**

Preencha já o cupom de pedido que se encontra no final da revista e envie acompanhado de cheque nominal para:

Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, nº 443 - Bloco "A" - Sala 01 - CEP 05508-900 - São Paulo - SP